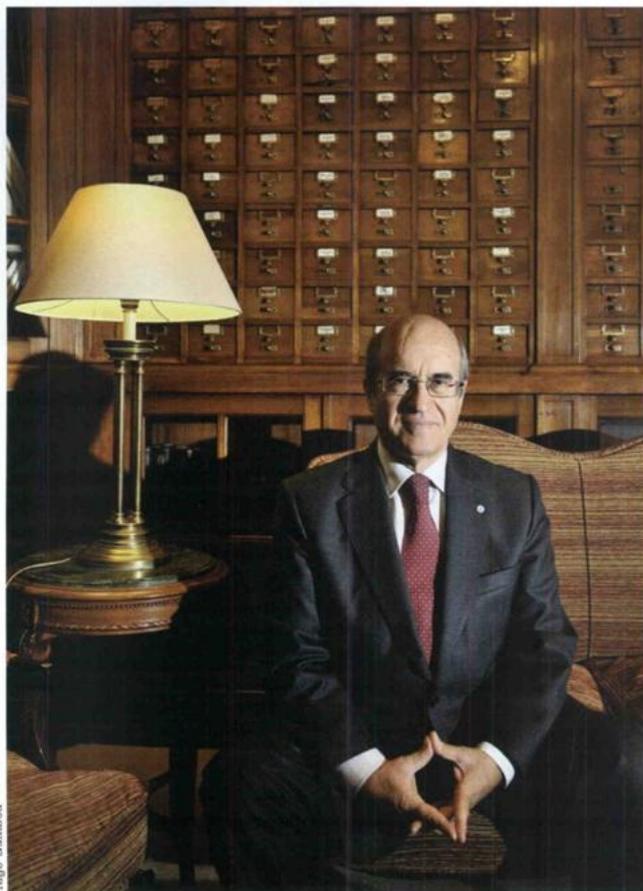


“Angola reconhece o trabalho desenvolvido pela engenharia portuguesa”

Para o bastonário da Ordem dos Engenheiros, a engenharia portuguesa é reconhecida e respeitada por parte dos agentes de mercado angolanos. O legado destes profissionais lusos está bem patente no país governado por José Eduardo dos Santos, com um variado leque de infra-estruturas. Agora, o que falta, segundo Carlos Matias Ramos, é uma aposta cada vez mais forte na exportação da formação de Portugal para Angola



Hugo Gamba

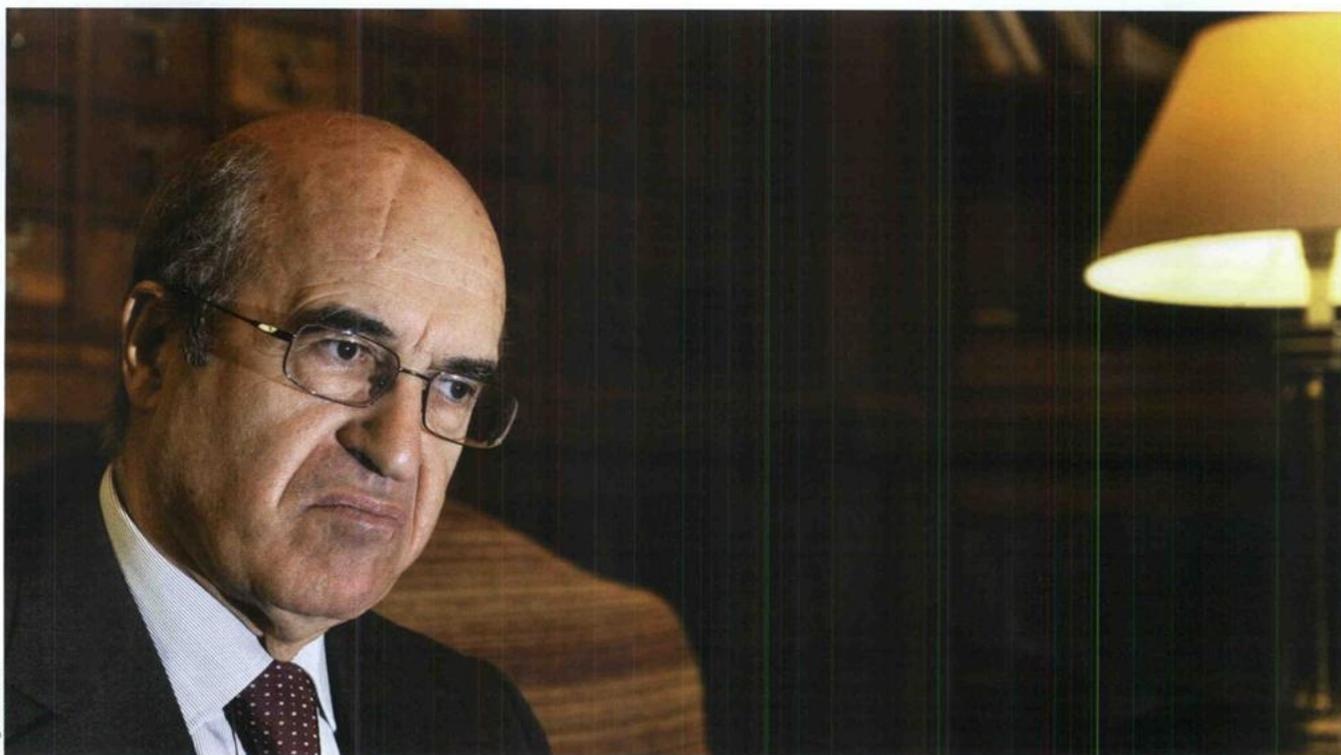
Carlos Matias Ramos
bastonário da Ordem dos Engenheiros

Pedro Cristino

Acumprir actualmente o seu segundo mandato como bastonário da Ordem dos Engenheiros (OE), Carlos Matias Ramos tem deixado bem patente a sua vontade de impulsionar a internacionalização da engenharia portuguesa. Exemplo disso são os acordos estabelecidos com as suas congêneres da Colômbia e do Perú – a Sociedad Colombiana de Ingenieros e o Colegio de Ingenieros del Perú, respectivamente – e os esforços movidos para firmar um entendimento, nos mesmos moldes, com o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), do Brasil. Neste contexto, o Construir falou com o bastonário da OE, no sentido de conhecer melhor a sua experiência relativamente ao mercado angolano.

Como descreve a relação da engenharia lusa com o mercado angolano?

A experiência que tenho em Angola é uma experiência profissional, de muitos anos, no sentido de apoio a determinadas actividades ligadas a infra-estruturas que lá estavam a ser utilizadas, como a auditoria a três barragens. A sensação que tenho, e que penso que corresponde à realidade, é que a relação entre Angola e Portugal tem o amor e o ódio de uma relação familiar que não ficou bem resolvida. Os angolanos têm o reconhecimento profundo de que a engenharia portuguesa é uma engenharia de qualidade, não tenho dúvidas absolutamente nenhuma, e isso está patente nos actos de todos os decisores políticos e técnicos do país. Em resumo: Angola reconhece que o trabalho desenvolvido pela engenharia portuguesa é um trabalho que está ao serviço da sociedade angolana. Não há, que eu saiba, experiências negativas, como acontece com empresas de outros países. A engenharia portuguesa tem procurado e sabido respeitar um aspecto que é fundamental e que consiste no sentimento de que está a trabalhar para o bem de um país, de uma sociedade e daquelas populações, criando, para tal, infra-estruturas, todo um conjunto de habitações e construções, das quais, a mais emblemática é a Assembleia Nacional. Embora o projecto seja de um arquitecto estrangeiro, toda a obra foi construída por uma empresa portuguesa, o que revela, por si, a consideração que o poder político de Angola tem pelas empresas lusas. É uma garantia de qualidade e é isso que interessa preservar e reservar. Comparando com aquilo que é a actividade das empresas portu-



guesas relativamente às de outros países, temos um saldo altamente favorável e não é por aspectos de natureza técnica que não fazemos mais obra em Angola.

Como se tem desenvolvido o processo de internacionalização das empresas portuguesas relativamente a Angola?

Segundo os dados de que dispomos, referentes a 2011, dos 4,1 mil milhões que foram facturados por empresas portuguesas de construção no exterior, 15,6% resultou da actividade na Europa quando, nos anos anteriores, esses valores andavam pelos 30%. Portanto, há uma transferência da actividade das empresas de construção daquele que era um mercado interessante – a Europa – para África. Este continente representou, em 2011, 89,7% da facturação das empresas de construção portuguesas e, desta percentagem, cerca de 44% correspondeu à facturação em Angola, o que demonstra que este mercado é um grande utilizador da capacidade instalada no nosso país, no que concerne à internacionalização.

Isto é uma tendência que crê que continue a aumentar?

Não há dados que me indiquem o contrário. Não será aumentar mas, pelo menos, estabilizar, que é o que interessa. É evidente que as empresas de construção não podem centrar-se apenas num mercado porque o risco tem de ser partilhado por outros mercados, no sentido de compensar eventuais quebras de procura nesses mesmos mercados. Neste momento, as empresas do sector da construção procuram mercados emergentes, como, por exemplo, a América Latina – Venezuela, Perú e Colômbia.

Que mais-valias levam os engenheiros portugueses na bagagem quando vão trabalhar para Angola?

Temos um acordo recíproco com a Ordem dos Engenheiros de Angola, segundo o qual, qualquer engenheiro inscrito na OE de Portugal pode inscrever-se na Ordem dos Engenheiros de Angola e vice-versa. Não vejo que existam dificuldades de maior. O engenheiro português tem uma característica que penso que é um factor altamente positivo: adapta-se facilmente a determinados mercados. A ligação entre Portugal e Angola tem uma história que é comum e que está subjacente às deslocações de engenheiros para Angola. Estes integram-se facilmente numa cultura que é diferente da nossa. A sensação que tenho, de alguma experiência que vou

Temos um acordo recíproco com a Ordem dos Engenheiros de Angola, segundo o qual, qualquer engenheiro inscrito na OE de Portugal pode inscrever-se na Ordem dos Engenheiros de Angola e vice-versa.

adquirindo, é que é facilímo encetar um diálogo entre engenheiros portugueses e outros técnicos angolanos. Há todo um caminho a percorrer, que os próprios decisores angolanos pretendem que seja percorrido o mais rapidamente possível, no sentido de tornar a engenharia mais acessível a toda a população e de tornar o país mais desenvolvido do ponto de vista social e económico e a engenharia portuguesa está, no meu entender, a dar um passo muito grande para colaborar para esses objectivos.

Que dificuldades encontram os profissionais de engenharia em Angola?

São as dificuldades encontradas em países que são novos. O Estado está a ser construído, a administração é jovem, mas ambiciosa no sentido de concretizar os objectivos definidos pelo poder político, e é neste contexto que são sentidas algumas dificuldades. Gostava-se que os processos se desenvolvessem de forma mais célere, que as intervenções pudessem ser executadas com maior envolvimento, mas, o sentimento que tenho é que não é por aí que a engenharia portuguesa não tem mais mercado. Agora, estou certo de que, quando se internacionalizam, sejam as pessoas, sejam as empre-

sas, o conceito de "em Roma sê romano" é determinante. Não se pode pensar que se vai para um país com uma cultura, forma de estar e comportamentos do país de origem. O país receptor é que determina as regras, não somos nós. Nós temos de nos adaptar.

Em termos de regulamentos há grandes discrepâncias?

Esse é talvez um aspecto onde eu desejaria que existisse uma alteração profunda, mas talvez exista alguma culpa de Portugal. Um dos factores fundamentais na ligação entre povos é a formação, a educação, o ensino e, aí, Portugal devia ter apostado mais numa ligação mais forte entre as escolas de engenharia portuguesas e as dos países africanos de língua portuguesa. Esse é um aspecto que é catalizador das relações dos próprios profissionais. Se eu tiver uma formação com uma participação mais activa das nossas escolas superiores de engenharia – a existência de parcerias, não só no ensino superior, mas também nas formações médias e tecnológicas – isso facilitará a vida das empresas portuguesas que se deslocam para Angola e a dos próprios engenheiros, através da presença de técnicos locais de formação média ou intermédia. A aposta na formação deve ser privilegiada numa relação entre os povos de Angola e de Portugal. Relativamente à normalização e regulamentação, não existe ainda, infelizmente, em Angola, uma regulamentação única, uma normalização que permita comportamentos muito mais favoráveis para as empresas e para os engenheiros. Os americanos, os chineses ou os brasileiros irão para Angola com os seus regulamentos, as suas normas e as suas especificações. Enquadrando com os normativos europeu e português, vemos quatro sistemas diferentes e isto dificulta a regulação do próprio exercício profissional e o funcionamento das empresas porque, suponhamos que há um projecto feito por determinada entidade de determinado país. Se o país receptor não lhe impõe um regulamento único, posso ter aquela entidade a fazer o projecto e uma entidade habituada a outro regulamento a executá-lo, o que obriga ao ajustamento e adaptação dessas normas e isso são custos de contexto. Isso torna mais difícil a própria incorporação da tecnologia angolana em todo o processo porque, se houver uma norma, eles são capazes de analisar mais facilmente um projecto oriundo de Portugal do que um projecto oriundo da China. Portanto, a regulamentação e normalização em países como Angola é, no meu entender, um aspecto que deve ser reflectido e analisado de forma a reduzir esta dispersão que não é favorável ao próprio país.

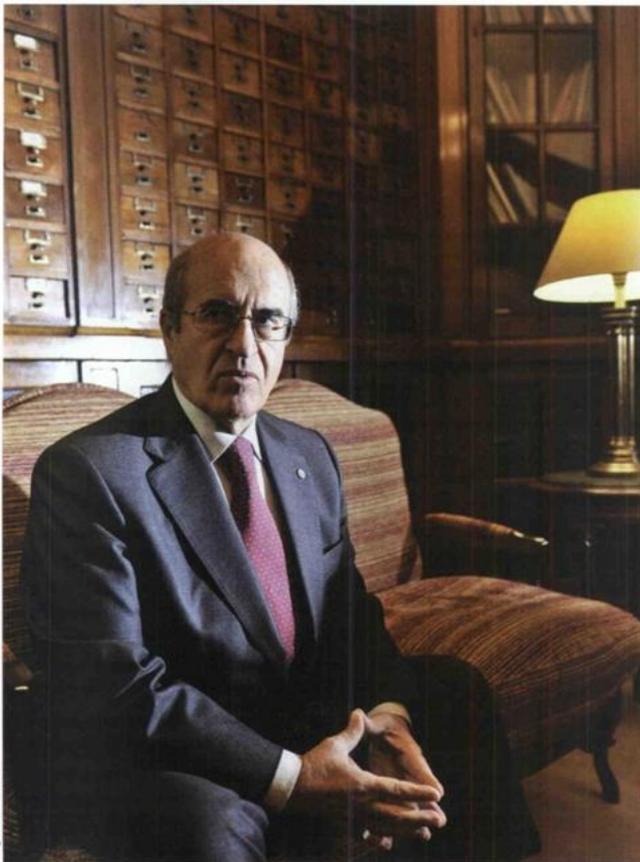
Pode ser feito algo no sentido de normalizar estes regulamentos?

Isso cabe ao governo de Angola e também às universidades. Porque as próprias escolas ensinam em função de regulamentos e de normas. Quando ensinam determinadas formas de dimensionar, esses modelos de dimensionamento têm de estar acoplados a um modelo de regulamento. Se eu ensino o abastecimento de água, tenho de dar o regulamento para garantir uma determinada orientação pedagógica e formativa. Quando estou a calcular um prédio, as especificações sobre os materiais são ensinadas na própria escola. Assim, as próprias escolas de ensino superior quererão ser os catalizadores de um processo que conduzirá à uniformização de este tipo de documentos.

Acha que a exportação de conhecimento na área de engenharia para Angola poderá ser uma vantagem competitiva por parte dos portugueses?

Não tenho dúvidas. É fácil compreender que, se eu tiver um contacto preferencial com alguém que me ensinou, esse contacto é

A aposta na formação deve ser privilegiada numa relação entre os povos de Angola e de Portugal.



Hugo Gumboa

determinante no próprio exercício profissional. Porque eu sei que esse alguém me ensinou e, portanto, é um valor acrescentado que eu tenho, na resolução de um problema que se coloca mais tarde. Portanto, o ensino é um impulsionador de actividade. Não só o ensino superior, mas também o ensino médio. As empresas de construção em Angola têm vantagens competitivas enormes se elas próprias foram potenciadoras da formação de quadros médios, na medida em que serão essas empresas as utilizadoras desta matéria prima, que são os recursos humanos – os tais técnicos que as vão ajudar a resolver muitos problemas. Há necessidade destas empresas em incorporarem mão de obra local e de fazerem transferência de tecnologia e de know-how. Os países vão ser cada vez mais exigentes nessa transferência de tecnologia e de conhecimento.

O que acha que falta fazer para fomentar esta exportação de conhecimento?

É um problema político. Quem tem a capacidade de decisão são sempre os políticos. Defendemos que haja, da parte da intervenção política, um estímulo para que estas condições se estabeleçam, porque não tenho dúvidas nenhuma de que, uma vez transmitido este espírito, da parte das escolas e dos técnicos, receberão com muito agrado esse objectivo.

Neste momento, pode falar-se em défice de formação de quadros locais no campo da construção em Angola?

Não tenho dados exactos mas com certeza que há défice. Eu faria a aposta na área da formação qualificada. Penso que há algum "descuido" em não se implementar um sistema que permita um maior empenho e envolvimento das nossas escolas de forma a participarem e cooperarem com as escolas superiores e médias instaladas em Angola.

Uma construtora que se desloque a Angola poderia eventualmente utilizar o seu estaleiro para dar formação aos trabalhadores locais?

As empresas têm feito parte do seu trabalho. Isto é uma questão que se relaciona com o próprio interesse das empresas - esta apro-

priação de conhecimento por parte dos quadros angolanos traduz-se em valor acrescentado para as próprias empresas. Grupos como a Mota-Engil ou Teixeira Duarte estão a apostar muito nesta lógica. Sei, inclusive, de um acordo feito há pouco tempo entre a Teixeira Duarte e a FUNDEC, na lógica da transferência de conhecimento através de cursos de formação.

Neste campo da formação, que competências crê que devam ser mais trabalhadas?

É uma resposta difícil. A formação de base é fundamental. Independentemente daquilo que vai ser a actividade profissional, ter uma formação com ciências de base determina a capacidade de absorção do conhecimento. Se não houver uma formação muito boa em matemática e física, existirão forçosamente dificuldades na percepção e absorção de todo um conhecimento que é necessário para que se seja um bom profissional. Agora, é evidente que as necessidades no país são tantas e tão diversas, que a lógica assentará na formação num espectro relativamente largo e, depois criar formações complementares que o próprio profissional decidirá em função do seu enquadramento profissional. Será a formação posterior que determinará a capacidade do indivíduo ser um bom especialista ou um mau engenheiro. Tem que se lhe dar a formação de base e alguma específica muito forte e, depois, será ele, em função do mercado e também da sua sensibilidade, quem determinará a sua área de actuação.

Pode considerar-se que o mercado angolano continua atractivo para as empresas portuguesas?

As necessidades de infra-estruturação são tão grandes, que este mercado não ficará exaurido tão cedo, uma vez que tem dinheiro. É evidente que todos os países têm um limite, até em termos de capacidade de investimento e de enquadramento. Agora, não tenhamos dúvidas de que Angola tem necessidade de infra-estruturas – desde água e saneamento, a redes ferroviárias, a aposta nos portos e nos aeroportos.

Neste momento, como está o sector ferroviário angolano?

Está um pouco na recuperação das infra-estruturas que lá ficaram. Que eu saiba, não estão a ser concebidas linhas novas. Estão a recuperar aquelas que, por motivos relacionados com a guerra e com a passagem do tempo, ficaram degradadas. Mas, neste momento estão a fazer um grande esforço na recuperação dessas linhas ferroviárias.

Em termos de redes de distribuição de energia, qual é o panorama do país?

Angola é um território imenso e, portanto, a interligação das diferentes redes que estão muito centradas em determinadas zonas ainda não é feita. Assim, não tenho dúvidas de que, mais tarde ou mais cedo, essa ligação terá de ser feita, até por uma garantia de fiabilidade do sistema e de serviço a todas as populações. Angola quererá servir tão bem quem vive em Luanda, como quem vive em cidades relativamente distantes. Daí a grande aposta, penso eu, em aproveitamentos hidroeléctricos.

Para si, quais são os expoentes máximos da engenharia portuguesa em Angola?

Penso que Portugal se pode orgulhar daquilo que deixou em Angola. Desde aproveitamentos de natureza hidroeléctrica até ao abastecimento de água. O problema de Luanda, por exemplo, reside no facto de a cidade ter sido concebida para 700 mil habitantes e, neste momento, estima-se que terá cerca de 6 milhões. As infra-estruturas estão condicionadas por todo um traçado de uma cidade concebido na lógica desta dimensão. Voltando ao legado da engenharia portuguesa, podemos falar de barragens notáveis - a de Kambambe e das Mabubas - de uma rede de estradas de que nos podemos orgulhar, que deixámos com um nível adequado, uma rede ferroviária que, embora limitada, estava funcional. Claro está que houve muita coisa por fazer, mas a década de 60 foi notável no desenvolvimento de infra-estruturas de grande qualidade no país. ■